



Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

PROJETO BÁSICO DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO **PROJETO EJ-TRT6 Nº 097/2023**

SIMONE
REGINA
PINHEIRO
ROMFIM
ARAUJO
17/04/2023 14:30

KATIA
DO
REGO
BARROS
17/04/2023 15:00

CARLOS
EDUARDO
GOMES
PUGLIESI
18/04/2023 15:06

1. EVENTO - art. 13, I, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

1.1 - Contratação direta, com a Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda, para a participação de dois servidores (da SOF e da EJUD6), no **"Curso Termo de Execução Descentralizada - TED na visão do TCU: planejamento, celebração, execução, fiscalização e prestação de contas"**, na modalidade on line.

O curso acontecerá no período de 08 a 11/05/2022, das 13h30 às 17h30, carga horária de 16 horas/aula.

2. ORIGEM

2.1 - Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PROAD 6522/2023).

3. TEMA ESTRATÉGICO

Mapa Estratégico do TRT6 - 2021-2026

Perspectiva - Aprendizado e Crescimento

Macrodesafios - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

3.1 - Objetivo Estratégico: Incrementar modelo de gestão de pessoas

3.2 - Descrição do objetivo:

Desenvolver, regulamentar e aplicar estratégias eficientes de alocação de força de trabalho, bem como propiciar um ambiente de trabalho saudável, levando-se em consideração os aspectos físicos e psicossociais que envolvam a organização do trabalho, a gestão por competências, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças e a autorresponsabilidade dos magistrados e servidores, os normativos dos órgãos de controle, as peculiaridades da jurisdição da justiça do trabalho, as competências exigíveis para o trabalho digital, como também as modalidades de trabalho presencial e à distância, além da inovação dos procedimentos de trabalho.

4. FINALIDADE DO PROJETO

4.1 - O presente projeto tem como finalidade capacitar dois servidores, sendo um da SOF e um da EJUD6, para conhecimento das normas e entendimentos de órgãos de controle





Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

aplicáveis ao instituto, bem como maiores esclarecimentos quanto à sua operacionalização, a fim de aprimorar o processo de fiscalização, execução e prestação de contas do TED.

Outrossim, tem o intuito de abordar atualizações acerca das normas e entendimentos de órgãos de controle aplicáveis ao instituto, bem como esclarecimentos quanto à operacionalização, a fim de aprimorar o processo de fiscalização, execução e prestação de contas do TED.

5. CLIENTES DO PROJETO

5.1 - Servidores da Secretaria de Orçamento e Finanças (01) e da Escola Judicial (01).

6. JUSTIFICATIVA DO EVENTO

A temática objeto do curso foi indicada pela unidade de orçamento e finanças, especialmente em face do primeiro termo de execução descentralizada celebrado por este Regional, tendo como objeto o curso de pós-graduação - stricto sensu, mestrado profissional em políticas públicas com ênfase em Poder Judiciário (TED-TRT6 nº 01.2022).

Vale destacar, que a Escola Judicial é a unidade gestora do TED-TRT6 n.º 01.2022, firmado entre o TRT6 e a UFPE, por se tratar de educação institucional, finalidade atribuída à EJUD6. Por esse motivo, apresenta-se como relevante a participação também de um servidor do mencionado órgão de capacitação.

Ademais, vale registrar que o TED é um importante instrumento gerencial, que deve ser manejado de forma adequada pelos gestores públicos, com o fito de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à execução das políticas públicas.

O instrutor Guilherme Henrique de La Rocque Almeida é Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União aposentado. Assessor do Ministro Benjamin Zymler, Ex-Secretário-Geral de Controle Externo do TCU. Mestre em Direito pela Universidade de Brasília, entre outros, conforme currículo anexo.

7. DISCRIMINAÇÃO - art. 13, I, VI, IX e XII, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

Local:

Plataforma virtual contratada pela empresa.





Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

Número de Participantes:	02 participantes
Data do Evento:	08 a 11/05/2023
Carga Horária	16h/aula - das 13h30 às 17h30
Contratado/Instrutor(a):	Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda. Instrutor: Guilherme Henrique de La Rocque Almeida
Anexos:	- Folder do curso; - Certidão negativa de Improbidade e Inelegibilidade; - Certidão negativa da Receita Federal; - Certidão negativa do TST.
Valor (R\$):	Valor unitário: R\$ 1.990,00; Inscrição para dois: R\$ 3.980,00
Dados do Contratado:	Capacity Treinamento e Aperfeiçoamento Ltda. Endereço: Quadra 03, Conjunto A, Lote 42, Sala 402, Setor Residencial Leste, Planaltina. Cidade: Brasília/DF CEP : 73.350-301
	CNPJ: 18.133.018/0001-27 IE: 07.643.346/001-63
	E-mail: capacity@capacitytreinamentos.com.br inscricao@capacitytreinamentos.com.br
	Telefone: (61) 3049.3091 / 98442-1761
Dados Bancários:	Banco do Brasil - n.º 001 Agência n.º 1230-0 Conta corrente n.º 125595-9

8. CUSTOS DO PROJETO - art. 13, I, IV e VI, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

Responsável:	EJ-TRT6
Método de aquisição:	Contratação direta
Data limite:	05 de maio de 2022
Exercício financeiro:	2023
Custo (R\$):	R\$ 3.980,00
TOTAL (R\$)	
	R\$ 3.980,00

8.1 JUSTIFICATIVA DE PREÇO - art. 13, IV, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

8.1.1 A empresa Capacity apresentou uma programação, que se mostra adequada às necessidades de capacitação deste Tribunal.





Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

O evento será aberto, para o público em geral, conforme anúncio juntado ao processo.

Vale destacar que será ministrado pelo instrutor Guilherme Henrique de La Rocque Almeida é Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União aposentado. Assessor do Ministro Benjamin Zymler, Ex-Secretário-Geral de Controle Externo do TCU. Mestre em Direito pela Universidade de Brasília, entre outros, conforme currículo anexo. Dessa forma, o referido instrutor demonstra possuir notória especialização profissional no tema do treinamento, conforme programação anexa.

8.2 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.2.1 - A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento desta Escola Judicial, sendo:

Plano Orçamentário:	02 – Capacitação de Recursos Humanos
Classificação orçamentária da despesa:	3390.39
Valor R\$	R\$ 3.980,00

9. ESTRUTURA DE DECOMPOSIÇÃO DO TRABALHO

9.1 - Solicitação da Proposta e Encaminhamento do curso: EJ-TRT6.

10. GESTOR E FISCAL – TITULAR E SUBSTITUTO DO PROJETO - art. 13, XIV, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

Gestor Titular:	Simone Regina Pinheiro Bomfim Aragão
Cargo:	Técnico Judiciário - Encarregada da Seção de Formação e Aperfeiçoamento da EJ-TRT6
Gestor Substituto:	Fabiola Araújo da Soledade Lins
Cargo:	Técnico Judiciário - Chefe da Seção Administrativa da EJ-TRT6
Lotação:	EJ-TRT6
Telefone:	99971-0585 (Simone)
Endereço Eletrônico:	simone.bomfim@trt6.jus.br/fabiola.soledade@trt6.jus.br

Fiscal Titular:	Katia do Rego Barros
Cargo:	Técnico Judiciário - Secretária Acadêmico-Executiva da EJ-TRT6





Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

Fiscal Substituto:	Mário dos Santos de Assis
Cargo:	Técnico Judiciário - Chefe da Seção de Formação e Aperfeiçoamento da EJ6
Lotação:	EJ - TRT6
Telefone:	081-32253487
Endereço Eletrônico:	katia.rego@trt6.jus.br/mario.santos@trt6.jus.br

11. CARACTERIZAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

11.1 - A contratação direta por inexigibilidade de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal fundamenta-se no disposto no artigo 25, inciso II da Lei 8666/93. O inciso II de tal artigo se refere à contratação de serviços técnico-profissionais especializados enumerados pelo art. 13 da mesma lei que, além de conter a obrigação de ser um serviço técnico-profissional especializado, acrescenta mais duas exigências, o objeto singular da contratação e a notória especialização.

11.2 - Desse modo, temos que a inexigibilidade somente se configura diante da presença cumulativa destes três requisitos. Ou seja, não basta configurar-se como um serviço técnico profissional especializado, mas a contratação dependerá de constatar-se a existência da singularidade do objeto, e de notória especialização do sujeito. (Súmula TCU Nº 252).

A Orientação Normativa da AGU nº 18, de 1º de abril de 2009, consolida seu posicionamento a respeito do tema, "contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista."

11.3 - Nesse sentido, em Orientação Normativa, a câmara Permanente de Licitações e Contratos da Procuradoria-Geral Federal - AGU nº 18/2009 não obsta a contratação direta por inexigibilidade de pessoa jurídica para ministrar curso fechado para a Administração Pública, desde que presentes os pressupostos do art. 25, II, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

11.4 - Portanto, é pacífico o entendimento de que, seja para cursos abertos ou fechados, a contratação direta por inexigibilidade é completamente aplicável contanto que sejam atendidas as determinações legais.

12. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO - art. 13, V, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

12.1 - A escolha da empresa/profissional em contratação fundamenta-se em procedimento que procura garantir a aplicação dos princípios da impessoalidade e da eficiência, demonstrando-se que a decisão tomada é a que melhor atende ao interesse público





Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

específico, pagando-se um preço adequado. Desse modo, a motivação pela escolha da empresa do profissional baseia-se nos seguintes critérios:

- a) Serviço técnico-profissional especializado;
- b) Objeto singular da contratação, verificado na adequação entre a prestação de serviço e a necessidade do conteúdo pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.
- c) Notória especialização do/a instrutor/a conforme currículo apresentado.

13. DEVERES DA CONTRATADA - art. 13, XI, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

13.1 Participar do evento na modalidade on line, ministrado pela empresa Capacity Treinamento, para para dois servidores, no período de 08 a 11/05/2023, com duração de 16 horas/aula.

Fornecer material didático (apostila em arquivo digital e material complementar disponível para download); 20 dias de Replay após o término do curso; Emissão de certificado em formato digital.

14. DEVERES DO CONTRATANTE - art. 13, XI, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

14.1 A contratante deverá realizar o pagamento cinco dias após o envio de nota fiscal pela empresa contratada, sendo verificadas para tal, todas as certidões negativas.

15. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE - art. 13, III, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

Não se aplica.

16. SANÇÕES - art. 13, XIII, Ato TRT6-GP N.º 51/2021

16.1 - Pelo inadimplemento de qualquer obrigação ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades a seguir indicadas aplicadas cumulativamente ou alternativamente, com determinação e grau de aplicação a critério da Administração, de acordo com a Lei nº. 8.666/93:

16.1.1 - Advertência;

16.1.2 - Multa;

16.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;





Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

16.2 - A multa prevista no subitem 16.1.2 será de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução total;

16.3 - Em se tratando de inexecução parcial do contrato observar-se-á:

16.3.1 - Quando do inadimplemento parcial da obrigação principal, a multa aplicada será de 10% (dez por cento), de forma proporcional à parte inexecutada, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no subitem 16.1.3;

16.3.2 - Quando se tratar de atraso na execução do contrato, na entrega de documentos solicitados pelo CONTRATANTE ou qualquer outro descumprimento do contrato, a multa aplicada será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia sobre o valor total do contrato até o cumprimento da obrigação principal, a entrega da documentação exigida ou o restabelecimento das condições contratuais, respeitado o limite de 5% (cinco por cento) desse valor e aplicando-se também o disposto no subitem anterior, caso o inadimplemento contratual persista em relação ao mesmo fato;

16.4 - A aplicação de qualquer penalidade à CONTRATADA será sempre precedida da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei;

16.5 - Estima-se para efeito de aplicação de multas o valor total do contrato à época da infração cometida;

16.6 - O valor da multa deverá ser recolhido diretamente à União e apresentado o comprovante à Seção Financeira da Secretaria de Orçamento e Finanças do CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da notificação, podendo ser abatido de pagamento a que a CONTRATADA ainda fizer jus, ou poderá ser cobrada judicialmente, nos termos do §1º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

17. Aprovação do projeto

À Secretária Executiva da Escola Judicial para apreciação.

Recife, 17/04/2023

Simone Regina Pinheiro Bomfim Aragão
Encarregada da Seção de Formação e Aperfeiçoamento da EJ-TRT6

De acordo com o projeto apresentado. À Diretoria da Escola Judicial do TRT6.

Recife, 17/04/2023

Kátia do Rego Barros
Secretaria Acadêmico-Executiva EJ-TRT6





Rua Quarenta e Oito, nº 149, Espinheiro - Recife - PE - CEP 52020-060
Fone: (81) 3225-1315

De acordo com o projeto apresentado. À Secretaria Administrativa para as providências atinentes à abertura do respectivo processo.

Recife, 17/04/2023

Eduardo Pugliesi
Desembargador Diretor da EJ-TRT6

